



## A Voz do Interior

Alexandre Wohlgemuth de Souza

Advogado, Especialista em Direito Público, Governo Digital e Licitações e Contratos. Consultor em Administração Pública.

# A Inteligência Artificial pensa. E você?

Quando a IA deixa de ser ferramenta e decide por nós, eficiência vira dependência e impacta em decisões

A Inteligência Artificial (IA) invadiu o mundo corporativo. Mas não está sendo utilizada só pelas big techs. Está na pequena empresa, com o aluno da escola, no profissional da saúde, e dizem que até advogado usa IA para elaborar petições. Não é piada, é realidade. O uso descontrolado também cresceu nas instituições públicas, inclusive em pequenos municípios que não possuem nenhuma regulamentação.

De fato, a IA pode auxiliar na ampliação das análises, acelerar tarefas, potencializar eficiência, aumentar a produtividade, abrindo espaço para jornadas de transformações na administração públi-

ca. Contudo, alguns órgãos públicos estão deixando de observar algumas regras fundamentais, permitindo a geração de informações falsas, violação de privacidade e tomada de decisões incorretas. O problema é quando percebemos que a Inteligência Artificial está sendo o maior peso na tomada de decisões ou, ainda, está ausente a validação das informações geradas e mesmo assim são utilizadas como verdade absoluta.

Em uma paródia didática, uma pessoa perguntou para a IA: "Posso comer esse cogumelo?" A IA respondeu que sim. A pessoa comeu e morreu. Logo depois, chega uma mensagem da IA: "Des-

culpe, me enganei. Agora sei tudo sobre cogumelos, pode perguntar o que quiser". É engraçado porque exagera. E preocupa porque não está tão longe da realidade.

Estamos observando um fenômeno que se pode chamar de alienação cognitiva provocada pela IA. Não é diagnóstico médico, nem um conceito científico consolidado. É uma forma de descrever o momento em que as pessoas transferem não apenas tarefas operacionais, mas funções essenciais do pensamento: construção de argumentos, seleção de informações, formulação de problemas e todo o tipo de tomada de decisões. É quando o servidor público

de um pequeno município gaúcho deixa de observar a IA como ferramenta e permite que ela pense no seu lugar.

Essa terceirização do esforço mental não é novidade, basta olharmos para o avanço que a calculadora trouxe para as contas, o GPS com os veículos e a internet com a memória. Quando o agente público que trabalha no setor de compras de uma prefeitura lê uma solução impecável descrita pela IA, nasce um sorriso gigante no seu rosto: resolvi o problema em dois minutos. Mas ele compreendeu superficialmente o projeto, e acredita que domina o assunto. Só descobre que deu errado quando o fornecedor

bate na porta com a mercadoria ou serviço que não era a solução pretendida.

No cenário de utilização em massa da Inteligência Artificial, temos um risco de padronização intelectual. Tudo converge para uma estrutura previsível. Estamos perdendo originalidade, interpretações reais, estilos de profissionais e ausência de construção de ideias. A IA não responde pelos seus atos, o servidor público sim. A IA não é inimiga. Também não é autoridade. Decisões que definem o rumo de cidades não podem nascer do "copiar e colar". Planejamento público precisa ser vivo, humano e inteligente.

JORNAL

# CIDADES

Aqui, sua marca ganha visibilidade ao lado dos destaques econômicos de cada região e das publicações oficiais, como editais de licitação.

Fale com a nossa equipe e anuncie em uma mídia segmentada, com alcance direto nas prefeituras e gestores públicos de todo o Estado.

Entre em contato: 51 3213 1395 | [jornalcidades@jornalcidades.com.br](mailto:jornalcidades@jornalcidades.com.br)